



ANEXO II
DISCRIMINATIVO DE DÉBITOS A PARCELAR

Identificação:

Entidade: _____

CNPJ: _____

Representante legal:

Nome: _____

CPF: _____ Cargo: _____

Contato:

Telefone: () _____ Nome: _____

PARCELAMENTOS ATIVOS

- | | |
|------------------------------|---|
| <input type="checkbox"/> SIM | Declara sua desistência , em caráter irrevogável e irretroatável, de TODOS os parcelamentos, inclusive os celebrados por suas autarquias e fundações, que contemplem débitos passíveis, total ou parcialmente, de inclusão no parcelamento de que trata os arts. 116 e 117 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. |
| <input type="checkbox"/> NÃO | |

Caso seja assinalada a opção "**NÃO**" acima, indicar as modalidades e/ou parcelamentos em relação aos quais declara **desistência em caráter irrevogável e irretroatável**:

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> PREM - Lei nº 13.485, de 2017 | <input type="checkbox"/> Lei nº 11.941, de 2009 - RFB/ Prev. Art. 3º |
| <input type="checkbox"/> Lei nº 10.522, de 2002 - Parcelamento Ordinário/Simplificado | <input type="checkbox"/> Lei nº 11.960, de 2009 - Patronal |
| <input type="checkbox"/> Medidas Provisórias nº 2.129-4, de 2000, e nº 2.187-13, de 2001 | <input type="checkbox"/> Lei nº 11.960, de 2009 - Passível de Retenção |
| <input type="checkbox"/> Lei nº 10.684, de 2003 - Paes | <input type="checkbox"/> Lei nº 12.058, de 2009 - Patronal |
| <input type="checkbox"/> Lei nº 11.196, de 2005 - Patronal | <input type="checkbox"/> Lei nº 12.058, de 2009 - Passível de Retenção |
| <input type="checkbox"/> Lei nº 11.196, de 2005 - Segurados | <input type="checkbox"/> Lei nº 12.810, de 2013 - OPP |
| <input type="checkbox"/> Medida Provisória nº 303, de 2006 - Paex - Art. | <input type="checkbox"/> Lei nº 12.865, de 2013 e Lei nº 12.973, de 2013 - RFB/Prev. Art. 1º |

<p>1º</p> <p><input type="checkbox"/> Medida Provisória nº 303, de 2006 - Paex - Art. 8º</p> <p><input type="checkbox"/> Medida Provisória nº 457, de 2009 - Patronal</p> <p><input type="checkbox"/> Medida Provisória nº 457, de 2009 - Passível de Retenção</p> <p><input type="checkbox"/> Lei nº 11.941, de 2009 - RFB/ Prev. Art. 1º</p>	<p><input type="checkbox"/> Lei nº 12.865, de 2013 e Lei nº 12.973, de 2013 - RFB/Prev. Art. 3º</p> <p><input type="checkbox"/> Lei nº 12.996, de 2014 e Lei nº 13.043, de 2014 - RFB/Prev.</p> <p><input type="checkbox"/> PRT - Programa de Regularização Tributária</p> <p><input type="checkbox"/> PERT - Programa Especial de Regularização Tributária</p>
<p><input type="checkbox"/> Outros (relacionar o número dos processos):</p>	

DÉBITOS EXIGÍVEIS

<p><input type="checkbox"/> SIM</p> <p><input type="checkbox"/> NÃO</p>	<p>Solicita o parcelamento da totalidade dos débitos passíveis de inclusão no presente parcelamento, inclusive os de suas autarquias e fundações, conforme previsto nos arts. 116 e 117 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.</p>
---	---

<p>Caso seja assinalada a opção "NÃO" acima, indicar pormenorizadamente os débitos a serem incluídos no parcelamento de que tratam os arts. 116 e 117 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias:</p>

A) **Débitos controlados em processos** (um processo agrupa a dívida de vários tributos e período de apuração/competência).

* É possível verificar a lista de processos que podem ser parcelados no Relatório Fiscal.

<p>Relacionar abaixo nº Processo ou DEBCAD (ex: 12345.400123/2021-00; 12345.400124/2021-99; 15.123.456-7; 17.345.678-9):</p>

* Caso necessite de mais linhas, utilizar mais cópias desse demonstrativo.

DÉBITOS EM DISCUSSÃO ADMINISTRATIVA

<input type="checkbox"/> NÃO	NÃO solicita inclusão dos processos/débitos objeto de discussão administrativa.
<input type="checkbox"/> SIM	Solicita a DESISTÊNCIA dos processos/débitos objeto de impugnação ou recurso administrativo abaixo identificados, RENUNCIANDO a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundamenta a referida impugnação ou recurso, e a INCLUSÃO destes no presente parcelamento.

Caso seja assinalada a opção “SIM” acima, **indicar pormenorizadamente quais processos solicita inclusão no parcelamento** de que tratam os arts. 116 e 117 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias:

DÉBITOS EM DISCUSSÃO JUDICIAL

<input type="checkbox"/> NÃO	NÃO solicita inclusão dos processos/débitos objeto de discussão judicial.
<input type="checkbox"/> SIM	Solicita a inclusão dos processos/débitos objeto de discussão judicial, abaixo identificados, no presente parcelamento, assumindo o compromisso de apresentar comprovação de pedido de desistência, total ou parcial, do referido processo judicial.

Caso seja assinalada a opção “SIM” acima, **indicar pormenorizadamente quais processos solicita inclusão no parcelamento** de que tratam os arts. 116 e 117 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e anexar o comprovante de petição judicial:

(Fl. 5 do Anexo II da Instrução Normativa RFB nº 2.071, de 16 de março de 2022.)

Nº do processo / Nº do Debcad / Ação Judicial	Renúncia
	() Total () Parcial
	() Total () Parcial
	() Total () Parcial
	() Total () Parcial
	() Total () Parcial

Local e Data: _____

Assinatura: _____

Nome de quem assina: _____